

DO "POVOADO DE UMA RUA SÓ" PARA "CANAÃ DO OESTE": AS POLÍTICAS DE NORMATIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL EM CAMPO GRANDE (1905-1930)

Carlos Alexandre Barros Trubiliano

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Franca) / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
trubiliano@hotmail.com

Resumo

A ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) surgiu sob o signo da defesa do Estado Nacional e da expansão das relações capitalistas na fronteira Oeste do Brasil. A estrada de ferro ressignificou a dinâmica política no sul de Mato Grosso e transformou o espaço, provocando o aparecimento de cidades e impulsionando o crescimento de outras, como Campo Grande. Pelo trem chegavam idéias, mercadorias, informações, mas principalmente pessoas, estas identificadas como "forasteiras", ocasionando estranhamentos, conflitos e o surgimento/a afirmação de identidades. Simultaneamente aos trilhos, são criadas propostas para Campo Grande, marcadas pela utopia de espaço higiênico (físico e moral), para disciplinar e racionalizar a ocupação do território. Neste ensaio, buscamos identificar as políticas de organização sócio-espacial para a cidade no início do século XX, momento em que a localidade passa de um vilarejo de boiadeiros para a "Canaã do Oeste".

Palavras-chave

Ordenamento, Controle Social, Normatização

Abstract

The railway Noroeste do Brasil (NOB) emerged under the sign of defense of the Nation State and the expansion of capitalist relations in the western frontier of Brazil. The railroad re-signified the political dynamics in the south of Mato Grosso and transformed the space, causing the appearance of cities and driving the growth of others as Campo Grande. By train arrived ideas, goods, information, but primarily people they identified as "outsiders", causing estrangement, conflicts and the appearance / identity assertion. Concurrent with the rails, comes to Campo Grande proposals, marked by utopian space toilet (physical and moral), to discipline and rationalize the occupation of the territory. In that essay, aimed to understand policies

for socio-spatial organization proposed to Campo Grande, in the early twentieth century, when the town becomes a village drovers for "Canaã do Oeste".

Keywords

Ordering, Social Control, Normalization

"A cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política."
(ROLNICK, 1995, p. 23).

I Apresentação do objeto

Atualmente capital do Estado de Mato Grosso do Sul, com cerca de 800 mil habitantes, Campo Grande¹ tem suas origens remetidas ao ano de 1872 quando, vindo de Minas Gerais, José Antônio Pereira e sua comitiva acamparam em terras da região central do planalto da Serra de Maracaju, mais precisamente na confluência dos atuais córregos Prosa e Segredo².

Nascido como pouso de boiadeiros, o Arraial de Santo Antonio de Campo Grande cresceu rapidamente. Em 1889, a Lei Estadual nº 792 transformou o lugarejo no Distrito de Paz de Campo Grande, pertencente à Comarca de Nioaque. Emancipando de Nioaque, em 26 de agosto de 1899, foi elevado à categoria de cidade pela Lei nº 772, de 16 de julho de 1918 (BIBLIOTECA ISAÍAS PAIM, 1999, p. 274).

A sua localização geográfica estratégica, num ponto que ligava vários caminhos em todas as direções cardeais, contribuiu para o aumento do número de viajantes e comerciantes que transitavam pelo local, resultando no estabelecimento de um mercado mais efetivo de trocas, tanto internamente como com outras poucas localidades existentes no sul do Mato Grosso (OLIVEIRA NETO, 1999, p. 54).

No início do século XX, Campo Grande contava com cerca de dois mil habitantes e, aproximadamente, 200 casas; em 1912, o novo município já somava "5.000 almas" (IHGMT, 1914, p. 412). Em 1920, essa população subiu para 21 mil habitantes, saltando para 40 mil habitantes em 1933 (ARCA, 1933) e para 49.629 sete anos mais tarde (IBGE, 1996). Entre 1920 e 1940, a população da zona urbana

¹ Mato Grosso foi dividido em dois estados em outubro de 1977, ocasião em que Campo Grande se tornou a capital do recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul.

² Durante a guerra com o Paraguai, ficou conhecida como *Campo Grande* a encruzilhada do Nioaque, na região central do planalto da Serra de Maracaju, local em que atualmente se localiza o distrito de Indubrasil (OLIVEIRA NETO, p. 18).

cresceu de seis mil para 24.479 habitantes, praticamente se igualando à população rural (IBGE, 1996; ARRUDA, 1995, p. 32).

Entre os fatores capazes de explicar esse rápido crescimento populacional destacamos a intensa migração decorrente da chegada, em maio de 1914, dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A ferrovia facilitou a vinda de um grande contingente de migrantes do Sul e do Sudeste, de imigrantes japoneses, alemães, russos e búlgaros, os quais se instalaram em terras do atual município de Terenos, que passou a constituir importante pólo de desenvolvimento agrícola (BIBLIOTECA ISAÍAS PAIM, 1999, p. 278). Por outro lado, atrelando o município aos pólos mais dinâmicos do capitalismo do Sudeste, a Noroeste do Brasil também teria contribuído com a transferência do foco comercial de Corumbá³ para Campo Grande, atraindo as comunidades libanesa, síria, armênia e turca, que se destacariam na ampliação do comércio local (MACHADO, 1991, p. 106).

Mesmo antes do vertiginoso crescimento urbano das décadas de 1910 e 1920, algumas famílias já se destacavam no comando da política da região: os Murtinho, os Figueiredo, os Coelho, os Martins, entre outros grupos de menor vulto. Vale destacar que, mesmo no período em que Campo Grande não despontava como importante cidade do Estado de Mato Grosso, ali já era território ambicionado por elites estaduais e, por que não dizer, relacionadas ao poder federal, em virtude das possibilidades econômicas da região. Como exemplo mencionamos os lucros com a pecuária, com a Companhia Mate Laranjeira (localizada um pouco mais ao sul do Mato Grosso), sob a influência política de Joaquim Murtinho (senador por três mandatos, ministro da Viação, Indústria e Comércio e ministro da Fazenda).

Com o crescimento de Campo Grande, a região registrou a chegada de empreendedores/investidores, bem como de novos personagens urbanos, a exemplo de engraxates, floristas, prostitutas e toda sorte de pessoas que tentavam ganhar a vida por meio de diversas atividades. Todos significavam ameaça às elites dominantes locais. Os primeiros em razão da possibilidade de disputarem cargos políticos tradicionalmente controlados por essas elites; os segundos, por ser um grupo constituído de membros das chamadas "classes perigosas" que, naturalmente, deveriam permanecer sob o controle dos poderes locais. Exatamente por isso, o período foi marcado por (re)ordenamentos no interior dessas elites que, simultaneamente, se empenhavam na elaboração e/ou no reforço de imagens positivas sobre a cidade e o Estado de Mato Grosso no intuito de garantir recursos

³ Margeada pelo rio Paraguai, a cidade de Corumbá, até o início do século XX, formava o maior núcleo urbano do sul de Mato Grosso, devido às suas casas comerciais e ao seu porto, que chegou ser o terceiro maior porto fluvial da América Latina. Para mais informações, (Cf. ALVES, 2003).

financeiros apropriados à sua manutenção (NEVES, 1988). Para apagar o “estigma da barbárie” (GALETTI, 2000) que tradicionalmente caracterizava o estado em questão, essas elites procuravam representá-lo como “reserva de brasilidade”⁴, terra das oportunidades emoldurada pela garantia da ordem e da lei (RUBIM, 1939).

Acreditamos que, durante as primeiras décadas do século XX, a cidade, pautada nos ideais republicanos de moral, progresso e higiene, passou por um processo de disciplinarização do espaço, regulamentador do cotidiano e do comportamento do cidadão, traduzido em uma política conduzida pelo poder público local, de saneamento e higienização, transformando o *habitat* de Campo Grande.

Para pensarmos as transformações da cidade, no início do século XX, ocasião em que o município sofreu um intenso processo de modernização – por meio de alargamentos, demolições, legislação sanitária e disciplinadora, normas edilícias, obras de embelezamento e outros incentivos –, dividimos esse trabalho em três eixos temáticos assim intitulados: **A modernização vem com os trilhos; O exército e a garantia da Ordem; Códigos de Posturas: tentativas de normatização do cotidiano.**

II A modernização vem com os trilhos

É possível sintetizar a ideia de modernidade enquanto experiência histórica caracterizada pelo confronto desta com a tradição, marcada pelo advento da técnica. No caso de Campo Grande, assim como em outras cidades brasileiras, todo esse processo foi pautado por valores como ordem e progresso (CHOAY, 1974). No caso desta pesquisa, tomamos modernização como ação política para o processo de remodelação urbana operada na cidade, materializada em obras públicas como a construção de avenidas, calçamentos, implantação e ampliação da rede de distribuição de água, iluminação elétrica, arborização e ajardinamento de praças, bem como a delimitação de espaços sociais, a exemplo da criação de bairros operários como o Amambahy.

Partindo da leitura de *Vigiar e punir*, de Michel Foucault, é possível analisar como as diferentes formas de controle social alteraram-se através das grandes mudanças sofridas pela sociedade com o advento da modernidade nas urbes. A utilização do espaço, como uma das estratégias de controle e conformação dos corpos, é pensada e implementada seguindo uma rigorosa e eficiente distribuição dos indivíduos; esses espaços *realizam a fixação e permitem a circulação; recortam*

⁴ Essa expressão toma emprestado o título de um livro, em que Rezende Rubim narrou a viagem por ele realizada à Amazônia e Mato Grosso (RUBIM, 1939).

segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores (FOUCAULT, 1999, p. 126-127).

Ainda segundo Foucault, podemos pensar a cidade enquanto “sociedade disciplinar” caracterizada, principalmente, como um modo de organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta:

[...] as instituições - fábrica, escola, hospital psiquiátrico, hospital, prisão - têm por finalidade não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos. A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os, ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão (FOUCAULT, 1984, p. 91-92).

As instituições que Foucault chamou de “instituições de sequestro” – em razão da reclusão que elas operam, não pretendem propriamente “excluir” o indivíduo recluso, mas antes “incluir-lo” num sistema normatizador – começam a controlar a vida cotidiana nas cidades. Em Campo Grande, isso aconteceu no início do século XX. Esse controle passou pela redefinição da espacialidade urbana campo-grandense. A reformulação, inerente à dinâmica do processo de modernização e resultante do conjunto de debates levantados por engenheiros e arquitetos, permitiu que se tomasse a ideia de modernização/modernidade de forma exclusiva e autoritária, calcando sua reflexão no binômio civilização/barbárie.

É possível afirmar que a ferrovia deflagra o processo de modernização para Campo Grande, trazendo à cidade propostas de organização urbana pensadas pelos seus engenheiros, encarregados de estudar o traçado da estrada de ferro Noroeste do Brasil. Logo, em 1906, chefiadas pelo Engenheiro Emílio Schnoor⁵, as construções começaram; no entanto, em 1909, a pequena vila passou a ter um traçado urbanístico elaborado pelo Engenheiro Agrimensor Nilo Javary Barém, a pedido da Intendência Municipal. A planta do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de Campo Grande foi traçada em direção aos pontos cardeais e ortogonais; as quadras foram dispostas em formato de xadrez. O objetivo era colocar a cidade no universo da vida

⁵ A história da Noroeste do Brasil teve início com o Decreto Federal nº. 5.344, de 18/10/1904, quando foi organizada a Comissão de Reconhecimento da Região e de exploração de linhas férreas e telegráficas, chefiadas pelo Eng. Emílio Schnoor que propõe a alteração original do traçado (Bauru a Cuiabá via Uberaba e Coxim), dessa vez para Corumbá, passando por Campo Grande. As obras iniciam-se em 1905 e chegam a Campo Grande em 1914. (ARRUDA, 2006, p. 78).

civilizada, que contivesse elementos da racionalidade urbanística, materializada na construção de ruas largas e de uma ampla avenida central ajardinada, pressupondo o sentido do fluxo intenso, bem como na edificação de uma praça central que se apresentaria como núcleo da vida em sociedade (GARDIN, 1999, p. 37-38).

Segundo Ebner, essa planta indicava a construção das *ruas e avenidas mais largas no sentido leste-oeste e quadras retangulares subdivididas em lotes, na sua maioria com 2.500 m² e 50 metros de testada* (EBNER, 1997, p. 217). Assim, o traçado urbanístico básico da cidade criava um sistema de quadras e ruas com 382 lotes e fixava o local das futuras Praças Ary Coelho, República e Aquidauana, bem como da Avenida Marechal Hermes, atual Av. Afonso Pena.

É imprescindível ressaltar que a ordenação do espaço, nesse contexto, tem para com a formação do homem uma relação de simbiose, em que homem e espaço físico influenciam-se mutuamente. Portanto, ordenar o espaço tem um aspecto político muito mais relevante do que o propriamente geográfico. Essa ordenação é de cunho pedagógico já que, entre outros intuitos, visava ensinar o homem a comportar-se na nova sociedade, que estava se constituindo em sintonia com o ideário republicano.

A ação sobre o corpo, o adestramento, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualiza – homem – como produção do poder (FOUCAULT, 1985, p. 20).

Diante do exposto, a ação dos donos do poder, materializada na organização urbanística da cidade, atuou sobre o corpo, normatizando o comportamento dos sujeitos. O objetivo foi controlar os espaços para influenciar os corpos. As ações dos corpos devem ser enquadradas dentro de regras e de normas impostas pelos territórios, que também devem parecer, ideologicamente, como “normais”, “naturais” para o “bem comum” da sociedade.

Ainda sobre a lógica organizacional de Campo Grande, na região norte, demarcada entre o polígono dos córregos Prosa e Segredo, foram construídos os primeiros edifícios urbanos: o Jardim Público, local das principais manifestações de sociabilidade da cidade, e a Rua 14 de Julho, ligação entre o centro comercial e a estação de chegada e partida dos trens.

Vale salientar que, durante muitas décadas, essa região foi escolhida pela elite campo-grandense como o lugar de preferência para a instalação de comércios e espaços de entretenimento. Era ali, portanto, que as mais importantes figuras da

sociedade local reuniam-se, ora nas portas dos seus estabelecimentos, ora em pontos tradicionais como o Café Néctar, a Farmácia São José ou os bares Bom Jardim, Cinelândia e Bom Gosto para, além de conversarem sobre assuntos gerais, discutirem os problemas da cidade (OLIVEIRA NETO, 1999, p. 88).

Essas reuniões informais de pessoas influentes em locais públicos possibilitaram que a população local passasse a identificar a região norte da cidade como o local da tomada de decisões políticas, determinando assim a esfera pública e as identidades que, segundo Somers (1997, p. 55), *não estão constituídas pelas práticas participativas, pelos discursos legais ou pelos próprios processos de atividade democrática*.

Deste modo, para ordenar os espaços sociais, a ferrovia também pode ser interpretada como linha demarcatória.⁶ Acima da linha do trem havia as edificações das instituições públicas civis, os espaços “civilizados” de convivência (cinema, cafés, hotéis, restaurantes e praças) e as residências das elites; abaixo dos trilhos estabeleceu-se a residência dos operários em bairros populares como o “Amambahy”.

Atendendo a essa lógica urbanística, no início da década de 1920, Campo Grande já contava com 21.360 habitantes, ocasião em que surgiram algumas obras importantes: o Hotel Central, de 1917, construído à Rua XV de Novembro, na esquina com a Rua 13 de Maio; a Casa de Eduardo Olímpio Machado, à Rua XV de Novembro, de 1920; a Loja Maçônica da Rua Calógeras, de 1922; a Agência do Banco do Brasil, à Av. Afonso Pena, na esquina com a Rua Calógeras, de 1923; o Colégio Osvaldo Cruz, de 1920, na Av. Noroeste; e outras que foram reformadas, como a casa do Dr. Vespasiano Martins, à Rua Calógeras; a antiga Agência dos Correios e Telégrafos, à Av. Afonso Pena, na esquina com a Rua 13 de Maio; a sede da Intendência Municipal e o Rádio Clube, à Av. Afonso Pena; o Colégio Joaquim Murtinho, à Av. Afonso Pena; e o Cine Trianon, na Rua 14 de Julho (OLIVEIRA NETO, 1997)⁷.

Como alternativa para abrigar os imigrantes pobres, os ex-operários da ferrovia e demais trabalhadores, a Intendência Municipal, por meio da Resolução de 1º de dezembro de 1921, decidiu “aprovar a denominação dos novos terrenos públicos do ‘Bairro Amambahy’ e estabelecer critérios para concessão de lotes”.⁸ A área adquirida pela Intendência foi loteada em 20 metros de testada, aforada de

⁶ A interpretação de divisão dos corpos pela linha férrea pode ser observada em outros casos. Exemplo disso é o caso da cidade de São Paulo que, após a chegada da ferrovia, entre 1867 e 1875, e ao longo da República Velha, teve a elite instalada a oeste; junto às linhas férreas, estabeleceram-se os bairros populares e industriais. (CAMPOS, 2004, p. 33-37).

⁷ Informações obtidas In: **Campo Grande - 100 Anos de Construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. **Álbum Gráfico de Mato Grosso (EEUU do Brasil)**. Corumbá Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914.

⁸ Resolução, base jurídica e urbanística do Bairro Amambaí, encontram-se no livro atas nº4 da câmara dos vereadores.

acordo com o que determinava o Código de Posturas de 1921 e cedida (gratuitamente) aos interessados com descontos de 50% das taxas de iluminação, de água e de outros serviços, além da isenção do imposto predial.

Na mesma área escolhida para abrigar o Bairro Amambahy foi construído o complexo militar do *Regimento de Artilharia Montada* e o *Hospital Militar*. A escolha do local da construção das edificações militares fazia com que os muros dos quartéis e os limites impostos pelo traçado da ferrovia, juntamente com a microbacia do córrego Anhanduy, formassem as fronteiras territoriais das moradias dos operários, portanto, das "classes perigosas".

III O exército e a garantia da Ordem

Desde o Governo Imperial, em especial após o término da Guerra contra o Paraguai, a região de Mato Grosso era motivo de preocupação. No decurso do conflito foram reveladas as vulnerabilidades e fragilidades da fronteira Oeste do Brasil, uma vez que, segundo o historiador Francisco Doratioto, a região fora invadida e o governo local viu-se impossibilitado de receber reforços para defesa, tal era o seu isolamento.

Envolvido por uma guerra inesperada, o Império do Brasil foi surpreendido com um exercito despreparado a ponto de, seis meses depois de iniciada a luta, não ter conseguido tomar a ofensiva. Mato Grosso era a província mais isolada e indefesa do Brasil e tornou-se alvo fácil para invasão Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 97).

Mato Grosso, embora pertencesse politicamente ao país, não estava integrado social e economicamente à nação. A construção dos quartéis, assim como da ferrovia, atingiria diversos objetivos: além de integrar a região ao Estado Nacional, seria um fator de defesa contra as possíveis pretensões expansionistas de países vizinhos, garantiria acesso ao rio da Prata (principal via de comunicação da região) e ainda inibiria eventuais movimentos separatistas no Mato Grosso (QUEIROZ, 1997).

Deste modo, uma presença mais efetiva do Estado na região deu-se pela instalação de quartéis no sul de Mato Grosso, especialmente em Campo Grande, os quais deveriam contribuir para segurança fronteiriça, manutenção da ordem pública e, em última análise, desarmar as milícias formadas por bandos de jagunços, controladas pelos coronéis locais; banditismo, este, considerado endêmico por Nelson W. Sodré (1986, p. 169), que nos relata em suas memórias: *O banditismo em Mato Grosso, pelo menos no sul, na área pastoril, - constituía verdadeira praga. Região de pastoreio extensivo, de latifúndios, regiam ali relações feudais.*

Vale ressaltar que a impunidade e os inúmeros conflitos armados entre os grupos oligárquicos pelo controle político do Estado, no início dos tempos republicanos, contribuíram para configurar uma imagem negativa de Mato Grosso, que passou a ser conhecido como "terra sem lei" ou terra onde a única lei existente e a ser obedecida era o "artigo 44", ou seja, a lei executada com o "calibre 44". Noutros termos, contradizendo a perspectiva republicana de ordem e progresso, Mato Grosso emergia do imaginário popular e, mesmo das próprias elites nacionais, como espaço da barbárie em detrimento da civilização (GALETTI, 2002).

Diante desse contexto, fazia-se necessário civilizar e pacificar a região. Parte desse esforço, de normatização, estabelecimento da ordem e do poder do Estado, reside na instalação e construção das obras dos quartéis militares em Campo Grande, entre os anos de 1921 e 1923. Vale informar que as edificações foram feitas em terrenos doados pela municipalidade, conforme a Resolução de 18 de outubro de 1921 da Câmara Municipal, na gestão de Arnaldo Estevão de Figueiredo. Para a realização das obras, a Intendência Municipal contratou a Companhia Construtora de Santos, de propriedade do Engenheiro Roberto Cochrane Simonsen. O conjunto de obras executadas nesse período era composto pela sede do comando, hospital militar e os quartéis militares. A implantação desse conjunto arquitetônico, no entanto, impulsionou a expansão urbana da cidade para a região oeste, possibilitando a implantação do primeiro bairro popular da cidade (o Amambaí) (ARRUDA, 1998).

No início do século XX, as forças armadas faziam parte das instituições republicanas, que tiveram destacado papel na formação do cidadão ordeiro, trabalhador e higiênico. Olavo Bilac já ressaltou a importância do Exército na formação do cidadão brasileiro, para o que o serviço militar obrigatório desempenhou papel fundamental. Segundo Simon Schwartzman (1984, p. 67), a República, ao incorporar as idéias de Bilac, difundiu a crença de que o alistamento militar representaria:

[...] o triunfo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatória (BILAC, Olavo. *apud* Schwartzman, 1984, p. 67).

Com tal concepção, nas primeiras décadas da República, o Exército atuou em cidades como Campo Grande, numa espécie de aliança entre ensino, assistência e controle social de grupos menos privilegiados. Nesse sentido, ao analisar as chamadas

"ordens do dia" ou *Boletins Internos* do comando do Exército da 1ª Circunscrição Militar ou Circunscrição Militar de Mato Grosso, arquivados no **CMO (Comando Militar do Oeste)**, é possível identificar o papel do Exército na manutenção da ordem. Esses documentos abarcam grande quantidade de missões para averiguar, fiscalizar e, em último caso, deter aqueles que estivessem perturbando a "paz pública". Deles, depreendemos também a função da Instituição de formar os "bons cidadãos", já que, ao que tudo indica, os praças eram, em geral, originários de ambientes urbanos em que predominavam os chamados *elementos nocivos* à sociedade burguesa; portanto, deveriam ser disciplinados e controlados (FERREIRA, 2009).

Como exemplo, podemos destacar algumas medidas tomadas pelo exército que contribuíram na formação e normatização dos sertanejos, como a alfabetização de soldados em Mato Grosso:

O telegrama de 16, comunica me o senhor comandante do 16º B.C haver conferenciado com o Exmo. Revmo. Sr. Bispo governador do Estado no sentido de ser por essa autoridade designado um professor normalista para ministrar o ensino aos 30 analfabetos existentes no batalhão - esse acto do senhor comandante merece os meus maiores aplausos, pois no comando da 7º Região igual providencia consegui dos senhores governadores do Estado do Maranhão, Para e Amazonas em relação aos analfabetos do 24º, 26º e 27º B.C medida que produziu os melhores resultados (ORDEM DO DIA, 1921, p. 37).

O combate ao analfabetismo junto à disciplina e obrigatoriedade do serviço militar compõe uma das principais tarefas da política proposta pelo regime republicano: a construção de uma noção de cidadania. Todavia, o soldado-cidadão deveria tornar-se o disciplinado cidadão-trabalhador. Em suma, o objetivo do regime era fazer com que a sociedade funcionasse de maneira hierarquizada e harmônica, sem espaço para as contestações e rupturas, sendo a educação um dos elementos de agregação.

No tocante à questão da violência é possível apontar, além das medidas tomadas pelo Exército – que resultaram em campanhas de desarmamento já nas primeiras décadas do século XX –, a ação de combate a grupos de bandoleiros como os "baianinhos" que, segundo Paulo Coelho Machado, perturbavam e intranquilizavam os fazendeiros dos campos da Vacaria e da baixada do Pantanal. Em suas incursões no sul de Mato Grosso, o bando dos "baianinhos" visitou inúmeras fazendas, pilhando, arrebatando cavalos e exigindo churrascadas. Vale informar que o último integrante

do bando foi preso no governo Júlio Muller, em 1938, quando foram definitivamente eliminados do cenário sulino⁹.

No entanto, devemos informar ao nosso leitor que o combate aos bandoleiros e a campanha de desarmamento em Mato Grosso, promovidos pelo regime republicano, permitiu apenas o suficiente para as manchetes de jornais, uma vez que uma ação mais efetiva do Estado poderia gerar atritos com os coronéis locais, desestabilizando os laços de poder ali constituídos. Em outras palavras, eram permitidas apenas ações que demonstrassem a todos que o Estado/Nação era quem “mandava”.

Todas essas medidas de caráter urbano e de ampliação do aparato burocrático, visando à instrumentalização do controle social e político do Estado republicano em todo Mato Grosso, mas especificamente em Campo Grande, refletiu na configuração de uma nova imagem de seus habitantes a ser apresentada. Todavia, era necessário criar mecanismos para orientar, por vezes punir, as condutas dos cidadãos. Surge então o Código de Posturas.

IV Códigos de Posturas: tentativas de normatização do cotidiano

Como já apontamos, a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), em maio de 1914, foi o principal marco no processo de urbanização de Campo Grande.

Além dos migrantes, a ferrovia trouxe à cidade propostas de organização espacial, pensadas por engenheiros encarregados de estudar o traçado da estrada de ferro. Segundo a historiadora Alisolete Weingärtner, o contrato assinado entre o governo federal e a NOB permitiu à Companhia interferir na estruturação urbana, elaborando planejamento para disciplinar e racionalizar a ocupação dos espaços naquelas cidades situadas no traçado ferroviário (WEINGÄRTNER, 1995).

A administração pública local criou o **Código de Posturas**¹⁰ em 1905, seguindo os modelos ideais de cidade que perpassavam pela utopia de espaço higiênico (físico e moral), salubre, belo, harmônico, equilibrado, racional, eficiente, arborizado, ordenado, planejado, funcional, zoneado – em resumo, lugar em que fosse garantido o “bem-estar” social da população.

Os habitantes de Campo Grande passaram a conviver com normatizações que buscavam orientar as relações sociais entre os moradores e as relações deles com o

⁹ Sobre os baianinhos podemos encontrar algumas referências na coleção do professor Paulo Coelho Machado (MACHADO, 1989; 1991; 1990; 2000). E nos trabalhos do Doutor Valmir Batista Corrêa (CORRÊA, 1995).

¹⁰ Disponível no ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE (ARCA) O **Código de Posturas** de 1905.

espaço em que habitavam (OLIVEIRA NETO, 2003). Convém notar que a edição das Posturas não altera imediatamente o comportamento de uma dada população, e talvez nem pretendesse fazê-lo. As posturas podem ter servido de instrumento que possibilitasse a punição à população mais pobre, sendo então a própria punição o elemento educativo.

A constituição do *habitus* é algo processual, contraído por meio das diversas formas de aprendizagem, sejam elas adquiridas ou percebidas nas relações no espaço, na linguagem e/ou regras de conduta (BOURDIEU, 1998). No caso desse estudo, o **Código de Posturas** foi implementado como consequência de uma conjunção de fatores que interferiram, direta ou indiretamente, na vida daqueles que ali viviam e, certamente, teve um papel preponderante na formação de um comportamento urbano para os hábitos locais.

Ao longo dos 54 artigos dispostos nos 12 capítulos do **Código de Posturas** de 1905 ficou expressa a tentativa de constituição do espaço urbano moderno, que exigia a extinção dos costumes e modos de vida dos caipiras, um lugar em que não se poderia mais:

[...] ser a favor de um mundo que não se preocupa com a higiene e suas conseqüências para a saúde. O que estava ocorrendo era a criação de uma paisagem pela negação de outra, da projeção de uma forma de vida urbana, moderna e capitalista, com suas concepções de tempo, espaço e propriedade, sobre uma forma não urbana (ARRUDA, 2000, p. 184).

A lei surgiu como resultante de uma nova sociabilidade expressa em diversas ações das autoridades públicas voltadas para a remodelação do espaço urbano. Esse novo contexto político, marcado pelo fortalecimento do Estado republicano, seria o elemento principal a determinar a produção espacial e social do lugar. O código procurava regulamentar, além das normas de convivência e conduta, padrões de higiene, limpeza e conservação dos espaços públicos, uma vez que:

[...] a organização da vida urbana, dentro de uma visão jurídica, pressupõe a formalização de padrões de comportamento que propiciem o convívio pacífico e ordenado dos homens. Para este sistema organizacional funcionar seria preciso estabelecer as formas, as regras e os limites das ações humanas (SILVA, 1997, p. 142).

No anseio de incorporar Campo Grande ao mundo moderno, suas elites procuraram remodelar a cidade, introduzindo na tradicional paisagem de “povoado de uma rua só” elementos urbanísticos convencionalmente chamados, na época, de operações de embelezamento e saneamento, os quais, utilizados pelas maiores cidades do mundo, formulavam outras relações no espaço urbano pela criação de uma nova simbologia.

Com base nesses pressupostos urbanísticos, surge em 1921 um novo **Código de Posturas**¹¹, que teve como principal preocupação o arruamento, a delimitação dos terrenos e o tipo das construções do centro da cidade. Caberia a Arlindo de Andrade Gomes, como Intendente da cidade a partir de 1921, não somente o papel de “decorá-la”, mas de reformá-la (ARRUDA, 1995). Conforme Paulo Coelho Machado (1988, p. 47), *foi ele quem arborizou as ruas e cuidou das praças e jardins e também de seu arruamento.*

Como observou Gilmar Arruda (1995, p. 43), *a urbanização, ou melhor, o arruamento como foi chamado em Campo Grande, significava delimitar espaços de circulação e moradia entre os habitantes.* Ainda para esse autor, a lógica que presidiria as diversas regulamentações de “higienização” e ordenamento da cidade:

[...] era a de manter os ambientes arejados e iluminados. [...] A intenção era a de construir um novo tipo de moradia para um novo tipo de morador. As casas de taipa, por exemplo, não poderiam ser mais reformadas e as fachadas de zinco ou tábuas deveriam ser trocadas por tijolos. Os mais atingidos, conseqüentemente seriam os mais pobres, cujas casas não poderiam seguir as especificações dos Códigos de Posturas. Mais um resultado do “drama do progresso”. (ARRUDA, G., 1995, p. 43).

Diante desse contexto, devemos enfatizar a atuação de Arlindo de Andrade Gomes, intendente municipal entre 1921 e 1923, em seu mandato. Além das reformas urbanísticas destacam-se, entre outras obras, as já citadas construções de quartéis na cidade, do Grupo Escolar e da Cadeia Pública (ANDRADE FILHO, 2000).

Podemos enquadrar o mandato de Arlindo de Andrade Gomes dentro do período que o historiador Nicolau Sevcenko (1998) define como *Revolução Científico-Tecnológica*, momento marcado por transformações históricas e do cotidiano, ligadas ao desenvolvimento da técnica científica e da higienização que objetivava recriar o mundo de acordo com os desejos e necessidades dos homens burgueses. Nesse

¹¹ Disponível na Biblioteca do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB) **Código de Posturas de 1921.**

momento, as ações, políticas e comportamentos deveriam ser pautados pela ciência, razão, progresso, ordem e civilização, formando assim os paradigmas da modernidade (BERMAN, 1997).

Logo, a crença no progresso e na racionalidade técnica a serviço da remodelação dos espaços urbanos marcou a visão de urbanização do Intendente Arlindo Gomes, bem como da elite local. Assim, para uma melhor definição dos espaços, deveria o centro da cidade ser o exemplo de modernidade e beleza. Nesse sentido, as edificações da região, durante a sua intendência, foram regulamentadas através do Código de Postura de 1921 – que definiu normas obrigando os proprietários das construções de taipa, na área urbana central de Campo Grande, a demolirem seus imóveis em cumprimento às condições de salubridade e de higiene impostas pela lei.

Deste modo, seguindo a lógica organizacional de Campo Grande, para as elites locais que ambicionavam uma cidade com o status de espaço civilizado e higiênico, não seria permitido bem no centro da cidade, *na confluência da Av. Afonso Pena com a Rua 14, onde hoje se eleva o Edifício Santa Olinda, [...] uma casa, velha, de pau-a-pique, chão batido, abaixo do nível da rua*. Nas palavras do intendente Arlindo de Andrade Gomes, *seria uma agressão à fisionomia da cidade, condenou-a e determinou aos Irmãos Suarez, seus proprietários, que a demolissem* (SERRA, 1989, p. 09).

Todavia, os proprietários *por turra ou estribados em direito, eles não a derribaram*. Restava então agir, como única alternativa à intendência: *em certa noite, em meados de 1923, dez ou mais homens, de machados e picaretas, puseram-na abaixo. De manhã, era apenas um monte de barro, taquaras e telhas velhas* (SERRA, 1989, p. 09). Tal atitude tomada pelo Intendente é reveladora: *de um lado, a idéia do progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, que contribuía poderosamente para o esforço da postura tecnocrática e autoritária* (CARVALHO, 1987, p. 35).

Em outras palavras, as medidas tomadas pela intendência com intuito de “limpar” ou embelezar a urbe voltavam-se não só à infra-estrutura, mas também possuíam caráter preventivo e informativo, visando de certo modo à normatização da vida social – avisando *a quem quer que fosse*, em especial aos *paus-rodados*¹² que, para quem se coloca contra a modernização, a resposta viria na ponta da picareta.

V Por fim.....

¹² Expressão popular utilizada no Estado de Mato Grosso para identificar o imigrante originário de outro Estado ou país, geralmente visto com desconfiança pelas elites locais. (Cf. GOMES, 2000.)

Pelos trilhos da NOB não vinha sempre o “tipo” de migrante adequado aos olhos das autoridades públicas locais: chegavam também indivíduos que não se enquadravam no seu ritmo de progresso, de desenvolvimento e de civilidade. Além daqueles que vinham para o trabalho na cidade que crescia, os trilhos traziam também os “indesejáveis”: “mendigos”, “pedintes” e “esmoladores” que “enfeivavam” o espaço público e “denegriam” a imagem cidadina de Campo Grande. Estes impunham à cidade um contínuo processo de (re)territorialização, alterando o ambiente ao provocar uma fissura no projeto de modernização higiênica e racional da localidade. Compreender esse processo, de transformação urbana e das práticas cotidianas de apropriação dos espaços da cidade por homens e mulheres que viviam Campo Grande, é motivo da investigação da minha de Tese de Doutorado, em desenvolvimento junto à faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)/Campus de Franca, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com previsão de término para setembro de 2014.

Fontes

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – Campo Grande - Mato Grosso do Sul.

Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul segundo os Censos Demográficos Realizados e a Contagem. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Biblioteca Isaías Paim – Campo Grande - Mato Grosso do Sul

Campo Grande - 100 Anos de Construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande – 1921:** Relatório apresentado à Câmara Municipal, pelo Intendente-Geral Dr. Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921. Campo Grande: 1922.

Arquivo do Comando Militar do Oeste - CMO– Campo Grande - Mato Grosso do Sul
Ordens do Dia – 1917-1939

Arquivo Histórico de Campo Grande – ARCA– Campo Grande - Mato Grosso do Sul
Álbum de Campo Grande. Campo Grande: Tipografia O Progressista, 1939.

Campo Grande 100 Anos de Construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

Álbum Gráfico de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914.

Código de posturas de Campo Grande -1905

Biblioteca do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB) – Campo Grande
- Mato Grosso do Sul

Código de Posturas de 1921

Referências

ALVES, G.L. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: Uniderp, 2003.

ANDRADE FILHO, Pécio. **Série Campo Grande - Personalidades**. Campo Grande: Arquivo Histórico de Campo Grande, 2000.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. "A Arquitetura e o Urbanismo de Campo Grande". In: **Revista de Ciências Sociais**, n° 1, Uniderp, Campo Grande, 1998.

_____. A casa em Campo Grande: Mato Grosso do Sul, 1950-2000 – parte 1. **Revista Arqtextos**, n° 36, maio de 2003. s/p.

_____. **Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória**. Campo Grande: UFMS, 2006.

ARRUDA, Gilmar. "A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão". **Cadernos de Estudos Urbanos**. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, n° 3, 1995.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva; 1998.

CAMPOS, Candido Malta. Construção e desconstrução do centro paulistano. **Cienc. Cult.** 2004, v. 56, n. 2.

CARVALHO, José Murilo de. **Bestializados o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Editora Schuwarcz, 1987.

CHOAY, Françoise. **Urbanismo: utopias e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. Campo Grande: Ed UFMS, 1995.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EBNER, Iris de Almeida Rezende. **Vazios Urbanos: uma abordagem do ambiente construído**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1997.

FERREIRA, Bruno Torquato Silva. Notas acerca da vida arregimentada dos praças nos corpos do Exército no antigo Mato Grosso (1909-1916). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados. EdUFGD, mai. 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 12ª edição. São Paulo: Forense Universitária, 1986.

_____. **Microfísica do poder**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

GARDIN, Cleonice. **Campo Grande entre o Sagrado e o Profano**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

GOMES, William. **Dicionário Cuiabanês**. Cuiabá, 2000.

MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas Ruas de Campo Grande: A Rua Velha**. Campo Grande: Tribunal de Justiça/ MS, 1989.

_____. **A Rua Barão**. Campo Grande: TJ/ MS, 1991.

_____. **A Rua Principal** Campo Grande: TJ/MS, 1990.

_____. **A Grande Avenida**. Campo Grande: Funcesp, 2000.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Elites Políticas**. Competição e Dinâmica Partidário - Eleitoral (Caso de Mato Grosso). Rio de Janeiro: IUPERJ / São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. **Ruas e Calçadas de Campo Grande - MS**. Uma Contribuição ao Estudo dos Espaços Públicos Urbanos. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil**. Campo Grande: Editora da UFMS, 1997.

_____. **Uma ferrovia entre dois mundos**. A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. Bauru: Edusc / Campo Grande: Editora da UFMS, 2004.

ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.

SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra / São Paulo: Edusp, 1984.

SERRA, Ulisses. **Camalotes e guavirais**. 2 ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. "Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". _____. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das letras, 1998. Vol. 3.

SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Tenentismo ao Estado Novo**: Memórias de um Soldado. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SOMERS, M. R. "¿Que hay de político o de cultural en la esfera política y en la esfera pública? Hacia una sociologia historica de la formacion de conceptos." In: MORAN, M. L. (comp) **Zona Abierta**. España: 77/78, 1996/1997.

WEINGÄRTNER, Alisolete Antônia dos Santos. Campo Grande o impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos de Mercossul. Campo Grande. **Revista ARCA**, n. 5. EdUFMS, 1995.